

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO PARÁ
SICOOB UNIDAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>Valores expressos em milhares de Reais</i>	
				31/12/2017	31/12/2016
Circulante	22.146	9.991	Circulante	20.814	9.792
Disponibilidades (Nota 5)	678	1.197	Depósitos (Nota 12)	14.180	7.612
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	384	Depósitos a vista	5.938	3.287
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	-	159	Depósitos a prazo	8.242	4.325
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	5.011	3.276	Relações Interfinanceiras (Nota 13)	5	5
Operações de Crédito (Nota 6)	15.690	4.177	Relações Interdependências (Nota 14)	4.500	1.000
Operações de crédito	16.890	4.543			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.200)	(366)			
Outros Créditos (Nota 7)	736	796	Outras Obrigações (Nota 15)	2.129	1.175
Créditos por Avais e Fianças Honrados	224	252	Cobrança e arrecadação de Tributos e Assemelhados	14	2
Rendas a Receber	65	68	Sociais e Estatutárias (Nota 15.1)	933	374
Diversos	751	707	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.2)	368	174
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(304)	(231)	Diversas (Nota 15.3)	814	625
Outros Valores e Bens (Nota 8)	31	2	Exigível a Longo Prazo	18	18
Despesas Antecipadas	31	2			
Realizável a Longo Prazo	10.622	12.918	Outras Obrigações (Nota 15)	18	18
Operações de Crédito (Nota 6)	10.622	12.918	Diversas (Nota 15.3)	18	18
Operações de crédito	11.968	13.907	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	19.431	21.403
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.346)	(989)	Capital Social	17.555	19.808
Permanente	7.495	8.304	Reserva de Lucros	1.720	2.697
Investimentos (Nota 9)	2.795	2.766	Sobras/Perdas do Exercício	156	(1.102)
Imobilizado em Uso (Nota 10)	4.588	3.610			
Intangível (Nota 11)	112	1.928			
TOTAL DO ATIVO	40.263	31.213	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.263	31.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO PARÁ
SICOOB UNIDAS**

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	Valores expressos em milhares de Reais		
	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (Nota 19)	5.008	8.405	5.004
Operações de Crédito	4.981	8.357	4.988
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	27	48	16
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 20)	(2.143)	(3.211)	(1.564)
Operações de captação no mercado	(260)	(530)	(386)
Operações de empréstimos e repasses	(242)	(317)	(17)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.641)	(2.364)	(1.161)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.865	5.194	3.440
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais	(2.584)	(4.789)	(4.515)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	957	1.768	1.102
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	705	1.179	381
Despesas(Dispêndios) de Pessoal (Nota 21)	(1.886)	(3.789)	(4.297)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota 22)	(2.414)	(4.301)	(3.477)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(88)	(178)	(137)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (nota 23)	357	907	1.990
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	82	184	333
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (nota 24)	(297)	(559)	(410)
Resultado Operacional	281	405	(1.075)
Resultado Não Operacional (Nota 25)	185	124	(1)
Resultado Antes da Tributação sobre as Sobras	466	529	(1.076)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(186)	(217)	(26)
Provisão para Imposto de Renda	(103)	(118)	(13)
Provisão para Contribuição Social	(83)	(99)	(13)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)	280	312	(1.102)
Participações Estatutárias nas Sobras	-	(156)	-
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(31)	-
Reserva de Lucros	-	(125)	-
Sobras/Perdas Líquidas	280	156	(1.102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO PARÁ
SICOOB UNIDAS**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Valores expressos em milhares de Reais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Saldo em 31/12/2015	20.862	(11)	1.580	1	38
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 17d)						
Ao FATES					(38)	(38)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.734	(133)	-		-	2.601
Por Devolução (-)	(3.644)	-	-		-	(3.644)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-		(1.102)	(1.102)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva	-	-	1.116		-	1.116
Saldos em 31/12/2016	19.952	(144)	2.696	1	(1.102)	21.403
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 17d)						
Constituição de Reservas	-	-	(1.102)		1.102	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.976	(161)	-		-	2.815
Por Devolução (-)	(5.068)	-	-		-	(5.068)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-		312	312
. Fundo de Reserva	-	-	125		(125)	-
. F A T E S	-	-	-		(31)	(31)
Saldos em 31/12/2017	17.860	(305)	1.719	1	156	19.431
Saldos em 30/06/2017	17.817	(199)	1.594	1	32	19.245
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 17d)						
Por Subscrição/Realização	1.572	(106)	-		-	1.466
Por Devolução (-)	(1.529)	-	-		-	(1.529)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-		280	280
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva	-	-	125		(125)	-
. F A T E S	-	-	-		(31)	(31)
Saldos em 31/12/2017	17.860	(305)	1.719	1	156	19.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO
PARÁ
SICOOB UNIDAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

DESCRIÇÃO	2º Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Sobras/Perdas do Exercício	466	529	(1.076)
Ajustes	1.324	1.645	1.001
Provisão para Operações de Crédito	1.175	1.191	495
IRPJ/CSLL	(185)	(217)	(26)
Depreciações e Amortizações	334	671	532
Aumento (redução) em ativos operacionais	(2.169)	(9.833)	(3.246)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	384	384	(384)
Títulos e Valores Mobiliários	-	159	(16)
Operações de Crédito	(3.043)	(10.408)	(2.942)
Outros Créditos	477	60	98
Outros Valores e Bens	13	(28)	(2)
Aumento (redução) em passivos operacionais	1.514	11.022	5.677
Depósitos a vista	1.606	2.651	2.805
Depósitos a Prazo	2.597	3.917	2.509
Outras Obrigações	(1.189)	954	(637)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.500)	3.500	1.000
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	1.135	3.363	2.356
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizações de Uso	242	199	(1.371)
Aquisição de investimentos	(27)	(30)	(5)
Aplicação no Intangível	(30)	(32)	(967)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	185	137	(2.343)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.466	2.815	2.601
Devolução de Capital à Cooperados	(1.529)	(5.068)	(3.644)
Doação do fundo Garantidor de liquidez			1.116
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES			(38)
FATES - Destinação LEGAL	(31)	(31)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(94)	(2.284)	35
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	1.226	1.216	48
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	4.463	4.473	4.425
No Fim do Período	5.689	5.689	4.473
Varição Líquida das Disponibilidades	1.226	1.216	48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES
NORTE E NORDESTE DO PARÁ - SICOOB UNIDAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO PARÁ - SICOOB UNIDAS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **06/11/1995**, filiada à **CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIDAS** possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BELÉM - PA, ANANINDEUA - PA, ABAETETUBA - PA, BARCARENA - PA, MARITUBA - PA, SANTA ISABEL DO PARÁ - PA**

O **SICOOB UNIDAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **24/01/2018**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa	-	159
TOTAL	-	159

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de **2017 e de 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	678	1.197
Centralização Financeira - Cooperativas	5.011	3.276
TOTAL	5.689	4.473

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- II. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- III. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- IV. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 100,16 % (2016 – 98,43 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 184 (2016 - R\$ 333), respectivamente, registrada no grupo "Ingressos de depósitos intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	82	-	82	34
Empréstimos	10.570	10.457	21.027	17.522
Títulos Descontados	5.380	2	5.382	319
Financiamentos	858	1.509	2.367	575
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.200)	(1.346)	(2.546)	(1.355)
TOTAL	15.690	10.622	26.312	17.095

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	2.643	-	-	2.643	-	1.461	-
A 0,5% Normal	9.128	141	1.571	10.840	(54)	5.520	(28)
B 1% Normal	5.785	359	603	6.747	(67)	7.059	(70)
B 1% Vencidas	273	-	-	273	(3)	430	(4)
C 3% Normal	1.851	94	27	1.972	(60)	1.093	(33)
C 3% Vencidas	409	3	-	412	(12)	513	(16)

D	10%	Normal	1.985	96	21	2.102	(210)	576	(57)
D	10%	Vencidas	337	4	-	341	(34)	145	(15)
E	30%	Normal	848	31	-	879	(264)	296	(89)
E	30%	Vencidas	606	3	37	646	(194)	166	(49)
F	50%	Normal	229	13	-	242	(121)	92	(46)
F	50%	Vencidas	177	2	-	179	(89)	172	(86)
G	70%	Normal	196	9	-	205	(144)	95	(67)
G	70%	Vencidas	273	4	-	277	(194)	125	(88)
H	100%	Normal	285	56	20	361	(361)	92	(92)
H	100%	Vencidas	614	37	88	739	(739)	615	(615)
Total Normal			22.950	799	2.242	25.991	(1.281)	16.284	(482)
Total Vencidos			2.689	53	125	2.867	(1.265)	2.166	(873)
Total Geral			25.639	852	2.367	28.858	(2.546)	18.450	(1.355)
Provisões			(2.273)	(137)	(136)	(2.546)		(1.355)	
Total Líquido			23.366	715	2.231	26.312		17.095	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.313	6.495	10.449	20.257
Financiamentos	246	612	1.509	2.367
TOTAL	3.559	7.107	11.958	22.624

(*) não contempla provisão de R\$ (2.546), adiantamento a depositantes R\$ 82, título descontado R\$ 5.382 e cheque especial e conta garantida R\$ 770.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	64	11	-	75	0%
Setor Privado - Serviços	427	10.126	5.383	15.936	55%
Pessoa Física	360	12.482	-	12.842	45%
Outros	-	5	-	5	0%
TOTAL	851	22.624	5.383	28.858	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	1.354	859
Constituições	20.551	14.233
Reversões	(18.440)	(13.293)
Transferência para prejuízo	(919)	(445)
TOTAL	2.546	1.354

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	892	3,00%	483	3,00%
10 Maiores Devedores	5.395	19,00%	1.948	10,00%
50 Maiores Devedores	12.451	43,00%	4.780	26,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.520	1.274
Valor das operações transferidas no período	1.095	505
Valor das operações recuperadas no período	(231)	(241)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(17)	(18)
TOTAL	2.367	1.520

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 2.402, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações,

novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças honrados	224	252
Rendas a Receber	65	68
Diversos (a)	751	707
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(304)	(231)
TOTAL	736	796

(a) Refere-se a impostos e contribuições a compensar (R\$ 156), títulos e créditos a receber (R\$ 156), devedores diversos (R\$ 377), adiantamentos e antecipações salariais (R\$ 19), adiantamentos para pagamentos de nossa conta (R\$ 42), e imposto de renda a recuperar (R\$ 1).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, para "avais e fianças honradas (R\$ 188)", os demais foram provisionados por decisão da administração.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	31	2
TOTAL	31	2

a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	2.776	2.749
Participações instituições financeiras controlada cooperativa de crédito	18	16
Outras participações	1	1
TOTAL	2.795	2.766

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	441	398	
Edificações	574	947	4%
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações	(314)	(345)	
Instalações	3.016	1.091	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(497)	(98)	
Móveis e equipamentos de Uso	1.158	1.147	10%
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(364)	(256)	
Sistema de Comunicação	101	99	20%
Sistema de Processamento de Dados	948	931	20%
Sistema de Segurança	65	65	20%
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso	(540)	(369)	

TOTAL	4.588	3.610	
--------------	--------------	--------------	--

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Outros Ativos Intangíveis	330	297	20%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(218)	(166)	-
Instalações e Adaptação de Dependências	-	1.924	20%
(-) Amortização Acumulada Instalações e Adaptação de Dependências	-	(127)	-
TOTAL	112	1.928	-

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	5.938	3.287
Depósito a Prazo	8.242	4.325
TOTAL	14.180	7.612

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	1.180	8,00%	636	8,00%
10 Maiores Depositantes	4.873	35,00%	2.481	33,00%
50 Maiores Depositantes	9.039	64,00%	4.610	61,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(514)	(371)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(16)	(15)
TOTAL	(530)	(386)

13. Relações Interfinanceiras

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2017	2016
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	5	5
TOTAL	5	5

14. Relações Interdependências

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	-	21/06/2018	4.500	1.000
TOTAL			4.500	1.000

15. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14	2
Sociais e Estatutárias	933	374
Fiscais e Previdenciárias	368	174
Diversas	832	643
TOTAL	2.147	1.193

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	31	24
Resultado de Atos com Não Associados (a)	76	220
Cotas de Capital a Pagar (b)	826	130
TOTAL	933	374

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	232	15
Impostos e contribuições a recolher	136	159
TOTAL	368	174

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5	17
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	3	19
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	533	488
Provisão para Passivos Contingentes (b)	19	19
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	55	21

Credores Diversos – País (d)	217	79
TOTAL	832	643

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Outros	18	-	18	-
TOTAL	18	-	18	-

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobranças concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(d) Os Credores Diversos classificados em Diversos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Credores Diversos - País	195	79
Cheques Descontados	8	-
Credores Diversos – Liquidação Cobrança	14	-
	217	79

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIDAS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2017**, a Cooperativa diminuiu seu capital social no montante de **R\$ 2.253**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	17.555	19.808
Associados	6.392	5.178

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **40%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional

e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2017, os cooperados deliberaram pela transferência de perdas do exercício de 2016 para o fundo de reserva no valor de R\$ 1.102.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	312	(1.140)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	38
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	312	(1.102)
Destinações estatutárias	(156)	-
Reserva legal - 40%	(125)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(31)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	156	(1.102)

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	1.508	929
Despesas específicas de atos não cooperativos	(154)	(91)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(925)	(820)
Valores conforme resolução Sicoob Confederação nº 129 e nº 149	(360)	(118)
Resultado operacional	69	(100)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	83	(1)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(213)	(16)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(61)	(117)

19. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	37	6
Rendas de empréstimos	6.506	4.699
Rendas de direitos creditórios descontados	1.131	11
Rendas de financiamentos	434	27
Rendas com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	48	17
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	249	244
TOTAL	8.405	5.004

20. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas de captação	(530)	(386)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(317)	(17)
Provisões para operações de crédito	(2.364)	(1.161)
TOTAL	(3.211)	(1.564)

21. Despesas de pessoal

Descrição	2017	2016
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(27)	(47)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(309)	(505)
Despesas de pessoal - Benefícios	(714)	(712)
Despesas de pessoal - Encargos Sociais	(793)	(883)
Despesas de pessoal - Proventos	(1.915)	(2.125)
Despesas de remuneração de estagiários	(31)	(25)
TOTAL	(3.789)	(4.297)

22. Outras despesas administrativas

Descrição	2017	2016
Despesas de água, energia e gás	(129)	(127)
Despesas de aluguéis	(446)	(342)
Despesas de comunicações	(175)	(164)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(23)	(38)
Despesas de material	(63)	(117)
Despesas de processamento de dados	(241)	(326)
Despesas de promoções e relações públicas	(10)	(20)
Despesas de propaganda e publicidade	(2)	(12)
Despesas de publicações	-	(7)
Despesas de seguros	(37)	(36)
Despesas de serviços do Sistema financeiro	(626)	(338)
Despesas de serviços de terceiros	(332)	(427)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(454)	(434)
Despesas de serviços técnicos especializados	(169)	(105)
Despesas de transporte	(306)	(90)
Despesas de viagem no país	(33)	(34)
Outras despesas administrativas	(583)	(329)
Despesas de amortização	(181)	(104)
Despesas de depreciação	(491)	(427)
TOTAL	(4.301)	(3.477)

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	314	1.724
Rendas juros cartão de crédito	281	167
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	55	52
Crédito receita SIPAG - faturamento	34	5
Crédito receita SIPAG - antecipação	161	14
Rendas intercâmbio - Cartão de crédito	30	17
Rendas intercâmbio - cartão de débito	29	11
Atualização de depósitos Judiciais	-	-
Outras rendas operacionais	3	-
TOTAL	907	1.990

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de cessão de operações de crédito	(41)	(45)
Cancelamento de tarifas pendentes	(98)	(44)
Contribuições ao fundo garantidor de depósitos	(24)	(6)
Provisão para passivos contingentes	(3)	-
Contribuição ao fundo ressarcimento fraudes externas	(2)	-
Contribuição ao fundo ressarcimento perdas operacionais	(1)	-
Contribuição ao fundo tecnologia da informação	(72)	(59)
Outras despesas operacionais	(270)	(242)
Provisão para garantias prestada	(48)	(14)
TOTAL	(559)	(410)

25. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Lucro em transações com valores de bens	-	2
Ganhos de capital	153	27
Outras rendas não operacionais	72	157
(-) Despesas de provisões não operacionais	-	(1)
(-) Outras despesas não operacionais	(101)	(186)
Resultado Líquido	124	(1)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das operações ativas (carteira de crédito)	% em relação à carteira total
12	0,02%
Montante das operações passivas (aplicações financeiras)	% em relação à carteira total
31	0,29%

O valor de R\$ 12 refere-se a operações de empréstimo e crédito rural concedidas no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, somado ao saldo de adiantamento a depositante e utilização de cheque especial e conta garantida em 31/12/2017.

O valor de R\$ 31 refere-se a recursos de depósito a prazo aplicados no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2017:

Operações ativas – Saldo em 31/12			
Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque especial e conta garantida	11	(1)	0,04%
Adiantamento a depositantes	1	(1)	0,00%
Empréstimos e financiamentos	341	(8)	1,18%
Títulos descontados	-	-	0,00%

Operações passivas – Saldo em 31/12		
Aplicações financeiras	% em relação à carteira total	Taxa média - %
-	0,00%	91,42% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Total de Coobrigações:	
Coobrigações	93

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(415)
Encargos Sociais	(114)

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO PARÁ - SICOOB UNIDAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIDAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL UNICOOB:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	7.806	6.042
Centralização Financeira	5.011	3.276
Investimentos	2.795	2.766
Passivo	4.500	1.000
Obrigação por Empréstimos e Repasses	4.500	1.000

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL UNICOOB, em 31 de dezembro de 2017, foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 25 de janeiro de 2018, com opinião sem modificação.

28. Gerenciamento de Risco

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Unidas objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8º Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Unidas aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Unidas possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Unidas objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Unidas aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Unidas possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Unidas objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Unidas aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 55 (R\$ 21 em **31/12/2016**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	19.373	19.550
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	31.991	23.500

Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	60,56	83,19
Imobilizado para cálculo do limite	4.642	3.687
Índice de imobilização (limite 50%) - %	23,96	18,86

32. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

BELÉM-PA, 31 de dezembro de 2017

MANOEL DE JESUS MARTINS

DIRETOR EXECUTIVO

AISLAN ALEXANDRE NOGUEIRA DE
LIMA

DIRETOR DE NEGÓCIOS

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON

CONTADORA 050229/O4 PR